



TRABALHO FEMININO NA HISPÂNIA ROMANA: PRECONCEITOS E RESGATES

Paulo Pires Duprat¹

Miserius nihil est quam mulier
“Nada é mais miserável do que uma mulher”

(PLAUTO, *As Báquides*, 41).

Resumo: Muito se escreveu sobre gênero no mundo romano. Não obstante, algo parece estar faltando: a parte que cabe às mulheres na produção econômica desta sociedade. Passado, presente ou futuro, as mulheres constituem, no mínimo, metade da população ao redor do globo, uma força de trabalho imprescindível, seja em sociedades antigas ou modernas. Sabemos que, desde o começo dos tempos, a maioria das mulheres foi submetida ao trabalho duro, sob a forma de tarefas cansativas e repetitivas, impostas de forma arbitrária. Tais atividades começavam ainda na infância e jamais receberam o devido reconhecimento. O objetivo deste trabalho é, portanto, resgatar o papel do trabalho das mulheres nas economias da Hispânia romana, com especial atenção ao caso de *Tarraco*, entre finais da República até o Principado, levantando subsídios locais e alhures para demonstrar a parte que coube às mulheres na produção econômica da sociedade romana.

Palavras-chave: Estudos clássicos; Economia romana; Trabalho feminino; Estudos de gênero; Pós-modernismo.

Tema Livre

ESTUDOS CLÁSSICOS E A NATURALIZAÇÃO DOS PRECONCEITOS

Lamentamos iniciar este artigo afirmando que os estudos clássicos são, com certeza, um dos campos acadêmicos mais conservadores, hierárquicos e patriarcais (SKINNER, 1983, p. 183). Eminentemente classicistas críticos reconheceram que “os estudos clássicos têm sido, com poucas exceções, antiteóricos em geral e antifeministas em particular”, nas palavras de Nancy Sorkin Rabinowitz, em sua provocante introdução ao *Feminist theory and*

¹ Doutorando em História pela Unicamp, sob orientação de Pedro Paulo Abreu Funari. Servidor público federal ativo desde 2005, atuando como bibliotecário, lotado na FAU/UFRJ. E-mail: ppduprat@yahoo.com.br



the Classics (1993, p. 1). Os estudos clássicos têm reforçado pontos de vista conservadores de diversas maneiras, na maioria dos casos ao apoiarem-se em uma leitura empirista, a partir do senso comum, dos documentos antigos. O uso do senso comum para a manutenção de relações iníquas de poder, segundo as agudas observações do linguista britânico Norman Fairclough (1990, pp. 84-91), contribui para que relações de poder injustas sejam mantidas pela naturalização dos discursos. Rejeitamos, portanto, esta abordagem derivada do senso comum, na medida em que apenas uma análise crítica permite compreender o “masculino” e o “feminino” como construções sociais que variam em termos de classe social, gênero e etnicidade, em diferentes períodos históricos e em diferentes sociedades (FUNARI, 1995b, pp. 179-80). O trecho abaixo deixa claro nossa percepção:

É uma história circular, que se torna mais intensa à medida em que a contamos. É um meio de controle social, e tem sido usado para regular as atividades e aspirações de grupos «naturalmente» subordinados. Há muitos presentes e passados a serem narrados, mas os perdedores do jogo são frequentemente os mesmos grupos subordinados (SCOTT, 1993, p. 8).

Enfim, há caminhos mais justos e viáveis. O viés com o qual nos propomos a investigar o papel nas mulheres na sociedade romana é declaradamente inspirado no movimento feminista, que convenceu alguns historiadores² a substituir sua perspectiva de “sexo” para “gênero”, aqui entendida como construção social e não como categoria natural, como já aludido.

DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS

Por ocasião da virada do século XX para o XXI, observamos abordagens de vanguarda que transformaram os estudos clássicos. Os historiadores do mundo romano, acostumados com narrativas de cunho político, econômico ou militar, se depararam com o surgimento de uma geração de estudiosos preocupados com a revisão de conceitos consagrados, de críticas a modelos interpretativos de cunho normativo, além de múltiplas propostas sobre temas inéditos sendo explorados. Reflexões sobre a cultura romana, as relações de

² Dentre os quais me incluo. No que concerne ao meu caso em particular, francamente inspirado pela teoria desconstrutivista presente nas obras de Foucault e nas leituras feministas e pós-feministas indicadas pela linha de pesquisa das prof^{as} Luana Tvardovskas, Margareth Rago e Pedro Paulo Funari, a partir das aulas ministradas em no 1º e 2º semestres de 2017, seguindo as prerrogativas do Programa de Pós-graduação em História da Unicamp.



gênero, conflitos étnicos ou a formação das novas identidades a partir do embate entre romanos e não romanos, passaram a figurar com mais intensidade nas publicações acadêmicas especializadas. Este processo, que está inserido em um contexto muito mais amplo, resulta de questionamentos epistemológicos que as Ciências Humanas têm enfrentado desde a década de 1960. As críticas de M. Foucault³ por exemplo, proporcionaram uma revisão no papel dos acadêmicos e, aos poucos, foi se concretizando a percepção na qual o historiador produz discursos sobre o passado, constantemente ressignificados a partir de suas próprias convicções, preconceitos e limitações. Assim, vários pressupostos, tão arraigados na historiografia, tais como a neutralidade, a objetividade, a busca pelo real, a essência de sujeitos universais e o ordenamento dos acontecimentos a partir da noção de classes sociais e seus conflitos socioeconômicos, entraram em xeque e foram revistos e criticados, abrindo espaço para repensar as categorias de análise do passado e as metodologias empregadas para sua interpretação (FUNARI; GARRAFFONI, 2008, p. 102).

Nossas reflexões acerca do mundo romano inserem-se neste contexto. Afinal, consideramos que *o estudo da Antiguidade Clássica não precisa reforçar preconceitos nem constituir-se em elemento de opressão* (FUNARI, 1995a, p. 31). Por outro lado, devemos ter em conta que a cultura material é o resultado direto do trabalho humano, enquanto o documento escrito é uma representação ideológica da realidade, transposta para o texto. Os documentos escritos informam-nos sobre as ideias de seus autores, em geral, uma elite masculina que sabia ler e escrever. *A escrita, assim, é um instrumento de poder, de classe* (FUNARI, 2003, p. 40).

Deste modo, acreditamos que muitas pesquisas que se baseiam exclusivamente em obras literárias podem incorrer em imprecisões, naturalizando discursos e cristalizando opiniões que, na realidade, não eram compartilhadas pela maioria da sociedade. A observação abaixo resume nossa posição:

Para um período como o da História romana ou grega (...) apenas a Arqueologia podia trazer informações concretas e se tinha a consciência clara que a literatura era “fonte”, mas de um valor decerto relativo, erudito, elitista (...). Quem lia? Quem escrevia? Quem nos garantia a fidelidade das versões chegadas até nós? (ENCARNAÇÃO, 2010, p. 13).

3 Margareth Rago (1995, p. 72) considera que as perspectivas de Foucault representaram uma verdadeira revolução na historiografia, uma “nova maneira de *problematizar a História*, de pensar o evento e as categorias através das quais se constrói o discurso do historiador” (grifo da autora).



Por tais razões destacamos a centralidade da Arqueologia como ferramenta, não só para compor quadro mais amplo de evidências, como também para refutar algumas ideias contidas nessas fontes escritas, que muitas vezes informam mais sobre a opinião dos seus autores do que da “realidade” que eles julgavam contar.⁴ Felizmente, já acumulamos alguma tradição de pesquisa arqueológica no campo da economia romana. Graças ao grande número de evidências disponíveis, o conhecimento tem evoluído, tanto no campo das economias provinciais quanto no da metrópole. Inúmeros artefatos resultantes de escavações arqueológicas e o rico material epigráfico recuperado têm fomentado pesquisas que oferecem um quadro mais representativo das atividades econômicas desenvolvidas.⁵ Há casos em que a evidência é relativamente abundante e homogênea, tais como, por exemplo, as inscrições e os artefatos arqueológicos de Pompéia ou os arquivos dos papiros gregos do Egito (BERDOWSKI, 2007, p. 283), que apontam para um quadro econômico-social muito mais multifacetado do que alguns vieses querem nos fazer crer.⁶

AS MULHERES E SUA HISTÓRIA

Nas últimas décadas, temos observado sistemáticos estudos sobre a atividade das mulheres na economia romana nos quais são evidenciados seus papéis como força de trabalho ou mesmo como empreendedoras. Esta nova historiografia, ao abordar as relações entre os sexos como resultado de uma

4 A misoginia dos autores da Antiguidade é flagrante e salta aos olhos. Um bom exemplo disto é Tácito. As mulheres descritas nos *Anais* de Tácito foram dissecadas, remontadas e analisadas a partir de perspectivas psicológicas, literárias e até dramáticas. Embora suas caracterizações sejam repletas de elementos retóricos, em algumas ocasiões, o autor retratou as mulheres como pessoas obcecadas pelo poder. Ao referir-se à Agripina, mãe de Nero, fica patente sua fixação no estereótipo da *dux femina* e seu temor da influência feminina sobre os homens - que ele considerava maligna - e seu alerta quanto aos “perigos” do abuso de poder por parte das mulheres (L’HOIR, 1994; McHUGH, 2012; MELLOR, 2010, p. 131). Não vamos nos aprofundar neste tema pois a nós interessa, para o momento, a atuação econômica da mulher romana de classe baixa e média.

5 A epigrafia representa, portanto, um manancial insubstituível. Conforme aponta Encarnação, “pouco saberíamos da organização romana na Península Ibérica se não tivéssemos os documentos epigráficos” (ENCARNAÇÃO, 2010, p. 13).

6 O tema da economia na Antiguidade continua sendo perpassado por conflitantes visões acerca das rupturas e continuidades com o mundo moderno, evidenciado pela polêmica entre “primitivistas” e “modernistas”. Inicialmente conhecido como “Bücher-Meyer Controversy”, este debate se encontra estigmatizado por incorrer em variações de uma mesma temática. Seus principais artífices são Weber, Rostovtzeff, Polanyi, com especial destaque para as teorias minimalistas de Moses Finley. A controvérsia é antiga, mas está distante de seu esgotamento (DUPRAT, 2015, p. 16). O caminho mais seguro é o do meio (SALLER, 2002, p. 252; DUPRAT, 2015, pp. 23-51).



construção social (RAGO, 1995, p. 80), modificou os métodos e as perspectivas da história tradicional⁷, tornando-a cada vez menos descritiva, mais relacional e, para muitos, mais problematizada. *A rejeição de alguns, a crítica velada e o ceticismo de outros, não vão conseguir deter o processo de reabilitação das mulheres na história, pois prescindir dele seria prescindir da metade da humanidade.*⁸

É importante ressaltar que a noção de economia tratada nesta pesquisa pode estar mais próxima do conceito original de *oikonomia* do mundo antigo do que a do atual: a etimologia grega traduziria este termo como “gestão doméstica”, noção complexa com diversas implicações.⁹ Sua raiz está no *oikos*, unidade doméstica de produção na qual se baseava a *polis* grega e cujo modelo será transmitido à Roma. Assim sendo, a economia greco-romana repousava sobre núcleos domésticos de produção¹⁰ onde a participação das mulheres é evidente. Neste sentido, o *oikos* se configura como célula econômica básica, local onde se garante a subsistência, além de promover a reprodução humana. Trata-se, por conseguinte, de uma unidade de produção e reprodução em si mesma. (MIRÓN PÉREZ, 2004, p. 67 *apud* MEDINA QUINTANA, 2014, pp. 22-23).

No mais, devemos elaborar uma abordagem holística, de modo a contemplar o caráter diverso das relações de gênero na Antiguidade. Precisamos

7 Segundo Rago (1995, p. 71), “os historiadores do grupo dos *Annales* se preocuparam com as estruturas e os diferentes ritmos e temporalidades dos fenômenos históricos, privilegiando as longas permanências mentais, sociais, geográficas e etc que Braudel identificaria posteriormente como *la longue durée*, ou seja, a longa duração, em detrimento das mudanças sociais”; Bengoochea Jove (1998, p. 243) acrescenta que “a historiografia acadêmica tradicional centrava sua investigação na experiência histórica do *varão* (grifo meu) e, quando abordava a participação da mulher, era sempre sob o viés da santa, regente, reformadora ou estadista. Nem a revista *Annales* (publicada desde 1929), nem a historiografia marxista, embora tenha cunhado o enfoque metodológico da “História total”, se ocuparam da problemática da mulher, a não ser sob perspectivas tradicionais”.

8 Bengoochea Jove (1998, p. 243) põe nestes termos, concluindo que a invisibilidade da mulher adveio da própria concepção androcêntrica e eurocêntrica da história, *que selecionou os acontecimentos que julgava dignos de análise, em detrimento de outros que relegou ao esquecimento.*

9 Resguardo-me assim da polêmica acerca do emprego do termo “economia” para descrever realidades do mundo antigo, pois há o argumento “filológico” de que nem a palavra nem o conceito remontam à Antiguidade, mas a momentos posteriores e, portanto, estranhos à consciência antiga. Para maiores informações sobre o tema, sugiro Jürgen Deininger (2012), Ciro Cardoso (2011) e Pedro Paulo Funari.

10 A família romana foi a principal unidade de produção, reprodução, consumo e transmissão intergeracional de propriedade e conhecimentos que englobam a produção no mundo romano. Esta declaração aparentemente banal tem implicações de longo alcance. Na antiguidade romana (bem como em outras sociedades pré-industriais), a família organizava o trabalho em fazendas familiares e em oficinas urbanas, tomando decisões sobre como implementar os esforços de homens, mulheres e crianças (SALLER, 2011, p. 116).



ter em mente que os estudos clássicos, por conta de seu caráter transdisciplinar, demandam o estudo da História, Filologia, Literatura, Antropologia, Sociologia, Arqueologia, Arquitetura, História da Arte, Geografia, Metalurgia, Biologia, entre muitas outras. Tais vieses estão naturalmente abertos para uma abordagem dos temas sob uma ótica multicultural e pluralista. Em última análise, a interdisciplinaridade será a ferramenta decisiva: as ciências não são apenas auxiliares umas das outras, elas se locupletam. Afinal, *os dados materiais podem confirmar, complementar ou mesmo contradizer as informações das fontes históricas* (FUNARI, 2003, pp. 85-86).

MULHERES ROMANAS: CONVENÇÕES, LEIS E EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão das mulheres da história do trabalho na Antiguidade pode ser considerada uma omissão intencional no registro de sua atuação. Portanto, se o pesquisador não estiver procurando os sinais do trabalho feminino nas fontes, é evidente que ele não vai encontrá-los. As fontes literárias pouco ajudam a delinear a participação das mulheres e é fácil compreender o porquê: muitos dos ideais filosóficos gregos foram incorporados ao modo de vida romano (ALFARO GINER, 2009, p. 15). Entre os gregos, havia a percepção de que o trabalho diário alienava o indivíduo e seria degradante. Eles consideravam que os ofícios manuais *deformavam o corpo e o espírito*, representava um castigo para os seres humanos, um esforço individual grave ou um dever penoso.¹¹

De tal forma que o trabalho diário, sobretudo o manual, era estigmatizado no mundo antigo e jamais obteve o *status* de atividade “dignificante” que logrou alcançar após o advento da moderna sociedade de consumo. Segundo a lógica machista dos letrados escritores da Antiguidade, o que conferia dignidade era a atividade fundiária, participar da economia como um abastado proprietário de terras do sexo masculino e viver do trabalho de seus escravos, dispondo de tempo livre para o ócio (*otium*) e assim poder refletir sobre causas mais elevadas, envolvendo-se em atividades consideradas artisticamente valiosas ou iluminadoras (tais como a Retórica, a Literatura ou a Filosofia). Devido a este modo elitista de pensar, o trabalho das pessoas comuns acabou sendo destituído de qualquer valor, sobretudo o das mulheres, uma vez que os escritores que contaram esta história faziam parte desta elite e menosprezaram o peso econômico e social que suportaram as pessoas dos demais extratos da sociedade, ou seja, aqueles que precisavam trabalhar diariamente para viver, ou seja, a grande maioria da população.

11 Cf.: XENOFONTE, *Oecon.*, IV, 2; VI, 5; *Cir.*, V. 3. 47; ARISTÓTELES, *Política*, III, 5, 3; IV, 4, 9, após ALFARO GINER, 2009, p. 16).



Aqui entendido como um discurso de poder, este ideal greco-romano sustentava, também, que homens e mulheres deveriam viver em esferas separadas. O domínio público seria prerrogativa masculina, enquanto que a mulher permanecia na privacidade da esfera doméstica. Por implicação, o direito de engajar-se abertamente nas artes, artesanato e o comércio seria teoricamente reservado aos homens.¹² A disseminação deste “ideal” é predominante nas fontes literárias e há uma pecha elitista fortemente ligada a ele (GROEN-VALLINGA, 2013, p. 295). Para a elite, a atuação da mulher estava limitada à esfera da família e da *household*¹³, a casa por excelência da Antiguidade, aqui entendida como unidade de produção, o que pressupunha certa autossuficiência alimentar, bem como a confecção das vestimentas, num mundo onde inexistiam as facilidades proporcionadas pelas modernas redes varejistas que dispomos atualmente. Tal configuração econômica e social determinou que:

A mulher tinha um papel específico e determinado no seio da casa e, portanto, na cidade. A família patriarcal impôs limites sociais que as circunscreveram ao interior do lugar. Os objetivos: ter certeza sobre a legitimidade da descendência e usar a mulher como moeda de troca nos assuntos da família. Uma ampla série de teorias para obter a submissão da mulher a esses “papeis marcados” foram desenvolvendo um corpo doutrinário. Partindo da base da maior força masculina e da debilidade da mulher, se argumenta sua diferente capacidade para a realização das várias atividades (ALFARO GINER, 2009, p. 16).

Tema Livre

A fraqueza física atribuída às mulheres¹⁴, intimamente relacionada com seu papel biológico como mãe, foi e continua sendo uma grande

12 Na Antiguidade, a noção que emergiu a partir dos escritos de Aristóteles, Xenofonte e Columela era de que a divisão básica do trabalho confinava “naturalmente” as mulheres aos ambientes fechados, ocupadas em tarefas domésticas, enquanto o papel dos homens era adquirir fora da casa os recursos necessários; segundo essas fontes literárias, o trabalho feminino fora da casa seria uma anomalia (FOXHALL, 1989 *apud* BERG, 2016, p. 51). Este é um discurso de elite e nossa pesquisa busca contestar tal noção, apoiada pela Arqueologia e por uma nova abordagem multidisciplinar.

13 A concepção de família na sociedade greco-romana era muito diferente da moderna. O latim clássico não nos fornece termo ou expressão para o que hoje compreendemos como “família” na cultura ocidental contemporânea, tampouco para o que entendemos como constitutivo do núcleo parental ou familiar - mãe, pai, filhos. A centralidade que esse núcleo parental desempenhava, no entanto, na sociedade romana, onde um vasto número de escravos e clientes pertencia e compunha aquilo que eles chamavam de família (um ramo da *gens*, da linhagem patrilinear), tem sido assunto de debates e estudos, normalmente envolvendo a fusão ou a distinção entre os sentidos que damos hodiernamente à noção de família (como *family*) e o que os anglófonos entendem como “household” (TAMANINI, 2014, p. 215).

14 Para uma análise pormenorizada sobre o tema, vide Grubbs (2002).



inibição para sua participação no mercado de trabalho. As mulheres foram naturalmente predestinadas a cuidar das crianças e, muitas vezes, ficaram em casa para fazê-lo; como consequência, a gestão da família também se tornou sua responsabilidade (GROEN-VALLINGA, 2013, p. 297). De tal modo que as mulheres normalmente eram exaltadas pelo seu papel familiar, por sua *performance* em prol da sobrevivência da prole e não por sua produção econômica. Consideremos o famoso epitáfio de *Amymone*:

*Hic sita est Amymone Marci optima et pulcherrima / lanifica pia pudica
frugi casta domiseda*

Aqui jaz enterrada Amymone, (esposa) de Marcus, melhor e mais bonita, fiandeira, obediente, modesta, frugal, casta e dona-de-casa (CIL 6, 11602).¹⁵

Não é difícil perceber que a capacidade reprodutora da mulher delineou esta convenção social que conhecemos bem: a mulher ideal deve ser fiel, boa mãe e dona de casa exemplar: a perfeita matrona. Contudo, a desigualdade de gênero na economia não é imposta somente através de uma divisão de trabalho desfavorável.¹⁶ Ela decorre por conta da elaboração de leis que também instituem direitos desfavoráveis. Na legislação greco-romana, os direitos das mulheres de possuir, comprar e vender, legar e receber legados foram severamente restritos. Ademais, uma ampla gama de convenções culturais e ideológicas restringiu o progresso econômico das mulheres (BERG, 2016, p. 50).

Em inícios do período republicano, as mulheres tiveram reduzidas oportunidades para administrar seus próprios negócios. Todos os membros femininos da família romana se encontravam sob a autoridade legal do *paterfamilias*¹⁷, o chefe masculino da família (em geral, o progenitor), que tinha

¹⁵ Tradução do latim para o inglês de Groen-Vallinga (2013, p. 297); versão para o português minha.

¹⁶ Tanto as leis quanto a divisão do trabalho foram altamente desfavoráveis às mulheres na Antiguidade. A divisão do trabalho continua bastante desigual na maioria das sociedades, de modo que algumas ocupações ainda são consideradas exclusivamente femininas ou masculinas. A quantidade e/ou a qualidade de qualquer tipo de mão de obra atribuída a um determinado indivíduo também foi, naturalmente, fortemente ditado por fatores diversos além do gênero, tais como *status* social, classe, riqueza, idade, cidadania, educação, ambiente urbano ou rural (BERG, 2016, p. 50).

¹⁷ Alguns autores suspeitam que a autoridade do *paterfamilias* romano não era tão absoluta quanto se apregoa e pode obscurecer nossa perspectiva da realidade: «é importante olhar cuidadosamente para a força da convenção, que provavelmente atenuou o exercício da autoridade paterna, dando à mãe muitos direitos efetivos que tinham pouca ou nenhuma base na lei formal» (DIXON, 1988, p. 43).



prerrogativa em todos os tipos de ações legais, dentre as quais comprar, vender, contrair dívidas, intermediar transações, etc. O poder (*potestas*) do *paterfamilias* alcançava todos os membros desta grande família romana: esposa, filhos, escravos e outros membros do clã, não necessariamente ligados por laços de sangue. Se uma filha se casasse com o parceiro sob o regime *sine manu*¹⁸, isso significava que ela permanecia sob as ordens de seu pai. Caso contrário, ela passava para a “mão” (*in manu*) de seu marido. Em alguns casos, quando o marido não detinha direitos plenos, a mulher podia ficar sob a *potestas* do seu sogro (BERDOWSKI, 2007, p. 285).

Em ambos os casos, as mulheres não administravam seus próprios bens e sequer tinham direito à propriedade conjunta com seus cônjuges. No entanto, se uma mulher permanecia sob a *potestas* do *paterfamilias*, ela poderia ganhar uma independência relativa após a morte do pai, tornando-se *sui iuris*¹⁹. Este regime jurídico é apontado por alguns estudiosos como aquele que concedia mais liberdade às mulheres, embora esta ainda tivesse que estar sob alguma forma de “tutela para mulheres” (*tutela mulierum*).²⁰ Durante a República, o tutor era, geralmente, alguém da família patrilinear, por exemplo, um tio paterno (GRUBBS, 2002, p. 24). Seu papel era realizar algumas atividades legais e negócios em nome da mulher, tais como um testamento, transacionar algum tipo de propriedade (*res mancipii*) ou emancipar escravos, etc. Berdowski (2007, p. 285) defende que este instrumento flexibilizava o poder masculino sobre a mulher, já que nem sempre o tutor convivia no mesmo espaço doméstico que a mulher e muito provavelmente seu controle não seria tão efetivo assim. De tal forma que, a partir do final da República, cada vez menos mulheres optaram por regimes que colocavam suas propriedades e a si próprias sob o jugo do marido - ao invés disso, elas se tornavam *sui iuris* após a morte de seus

18 Segundo Pomeroy (1987, p. 177) e Lázaro Guillamón (2003, p. 157), a partir do séc. II a. C., a maioria dos matrimônios eram celebrados sob o regime *sine manu*, o que, na prática, originou um regime de separação de bens que favoreceu a independência econômica da mulher.

19 As fontes arqueológicas indicam que o trabalho têxtil das filhas e escravas excediam a esfera doméstica, embora elas fossem dependentes do pai ou do dono do empreendimento. Não é difícil imaginar que este contexto pudesse contribuir para que filhas ou escravas pudessem alcançar, respectivamente, o *status* de *sui iuris* ou mesmo de *libertas* e, como tais, pudessem seguir dedicando-se profissionalmente ao ofício ao qual se especializaram (LÁZARO GUILLAMÓN, 2003, p. 175).

20 Parece que o propósito original da instituição *tutela mulierum* era salvaguardar a herança paterna da mulher para usufruto dos familiares masculinos do pai que, por sua vez, seriam seus herdeiros assim que ela morresse (GRUBBS, 2002, p. 24). Pelo visto, sempre foi muito importante que o dinheiro e as propriedades ficassem sob a guarda da família originária, o que acabou por influenciar fortemente na evolução das leis de herança.



pais e adquiriam um tutor ou tutores (DIXON, 1988, p. 43). Ou seja, havia espaço para resistência, ainda que fosse velada.

Entre o final da República e inícios do Principado, a instituição da *tutela mulierum* foi diminuindo em relevância. Em 9 d. C., Otávio Augusto introduziu a *ius (trium) liberorum*, uma lei que liberava do jugo da *tutela mulierum* as mulheres livres, que tivessem parido três filhos e, para as libertas, quatro (GRUBBS, 2002, p. 20). O imperador Cláudio (41-54 d. C.), por sua vez, aboliu a tutela para as mulheres nascidas livres (BERDOWSKI, 2007, p. 286).

O direito romano tardio²¹ seguiu esta lógica progressista, com o reconhecimento legal dos direitos de herança da mãe e mesmo dos filhos ilegítimos, tendência já observada na legislação do segundo século. Muitas leis imperiais tardias foram dedicadas à *bona materna*. O direito do pai sobre a *bona materna* foi sendo modificado de forma a que o marido detivesse apenas o usufruto (uso e posse em vida, mas não a propriedade absoluta ou o direito de vender e dispor) dos bens que seus filhos viessem a receber pelo lado de sua mãe (GRUBBS, 2002, p. 220).

Enfim, há diversas evidências de que a instituição da *tutela mulierum* não teria sido determinante para cercear a iniciativa nem a independência econômica das mulheres, deixando espaço para aquelas que demonstraram habilidades comerciais e foram empreendedoras na antiga Roma (BERG, 2016; DIXON, 1988 & 1992; GRUBBS, 2002; LÁZARO GUILLAMÓN, 2003; BERDOWSKI 2007 & 2008). Havia espaço para promoção social no mundo romano e muitas mulheres estavam no jogo, num contexto pautado por ampla diversidade. E a Arqueologia pode nos ajudar a comprovar. Observem a figura nº 1, abaixo:

Tema Livre

21 A fonte mais importante para o conhecimento do direito romano “clássico” é o *Digesto* de Justiniano, que compreende cinquenta livros selecionados a partir das volumosas contribuições dos mais influentes juristas romanos através dos tempos. O *Digesto* foi compilado sob as ordens do imperador Justiniano, do século VI (reinou entre 527-565 d. C.), ou seja, em período bastante posterior ao apreciado neste trabalho, mas serve para indicar uma tendência evolutiva. Justiniano instruiu sua equipe de juristas a ler milhares de páginas de textos legais clássicos e sintetizá-los em um trabalho mais exíguo, preservando apenas o que ainda era válido e útil naquele momento histórico. Tal medida permitiu que os estudiosos modernos reconstruíssem - ainda que de forma indireta e limitada - o conteúdo das obras originais, que atualmente estão perdidas (GRUBBS, 2010, p. 1).

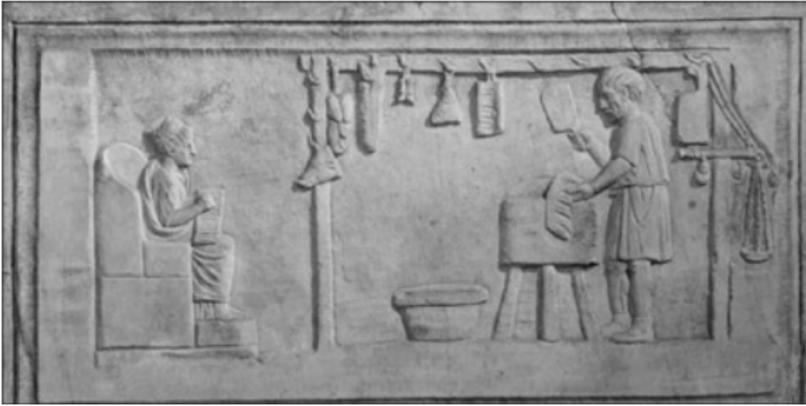


Figura 1: Relevô funerário em mármore de um açougueiro, 2 d. C. Fonte: Foto: Elke Estel. Skulpturensammlung, Staatliche Kunstsammlungen, Dresden, Germany. Cortesia de Bildarchiv Preussischer Kulturbesitz, Berlin/Staatliche Kunstsammlungen, Dresden/Elke Estel/Art Resource, NY. In: KNAPP, 2013, p. 75.

Acima, relevô funerário do séc. 2 d. C. com representação de cena cotidiana em um açougue em Roma, indicando de modo claro o trabalho cooperativo: o homem fatia as carnes, enquanto a mulher toma conta dos livros. Observem, agora, a figura 2:



Figura 2: Escultura em relevô, ca.2 d. C. Ostia. Museo Ostiense, Ostia Antica, Itália. Inv. 134. Fonte: Foto: Schwanke (Neg. 1980.3236). Cortesia: The Deutsches Archäologisches Institut em Roma. In: KNAPP, 2013, p. 75.

Temos acima uma escultura em relevô (ca. 2 d. c.) com representação de cena cotidiana no mercado: duas mulheres trabalhando em uma loja, atendendo os clientes na compra de gêneros alimentícios. Outra atividade profissional desempenhada por mulheres pode ser depreendida a partir da

figura 3, abaixo, onde apresento mais uma representação de cena cotidiana no comércio da cidade: monumento funerário datado entre o 1 e o 2 séc. d. C., dedicado à sapateira (*sutrix*) Septimia Stratonice, de Óstia, que exercia uma profissão que é considerada masculina até os dias atuais. Será que as melhores fabricantes de sapatos em tempos romanos foram as mulheres? A saber.



Figura 3: monumento funerário dedicado à sapateira (*sutrix*) Septimia Stratonice, de Óstia, datado entre o séc. 1 a 2 d. C. Fonte: (CIL 14.4698 apud LÖVEN, 2016, p. 210).

Enfim, as figuras 1, 2 e 3 representam mulheres em diferentes atuações profissionais e reforçam as evidências que elas faziam parte do mercado de trabalho no mundo romano. Este tipo de trabalho escultórico era encomendado por interessados de diversos níveis sociais e não há motivos para supor que os artistas representassem cenas fictícias ou imaginárias.

A discriminação de gênero, sem dúvida, circunscreveu a realidade do mercado de trabalho urbano romano, mas isso não deve nos cegar para as variadas e vitais contribuições das mulheres romanas para a economia.



Dispomos de documentação arqueológica comprovando que as mulheres tinham ocupações muito amplas, que vão desde sapateiras até escravas que fizeram da fiação (*quasillaria*) suas vidas. É necessário explicar, ao invés de justificar, a ocorrência regular de mulheres romanas que não coincidem perfeitamente com a imagem da matrona doméstica (GROEN-VALLINGA, 2013, p. 296).

O TRABALHO FEMININO E A EPIGRAFIA

A epigrafia se apresenta como uma fonte direta de informações, pois foram pessoas de diferentes estatutos jurídicos que mandaram realizar as inscrições que, tomando-se as devidas precauções, podem oferecer dados capazes de apoiar algumas conclusões válidas (MEDINA QUINTANA, 2014, p. 22). Portanto, essa ciência tem sido utilizada para elucidar aspectos da economia romana e para evidenciar os papéis econômicos das mulheres. Cabe aqui ressaltar o trabalho inovador que foi desenvolvido por Susan Treggiari, que publicou três artigos sobre as ocupações femininas (1975, 1976 e 1979), baseados nas evidências epigráficas da cidade de Roma no período imperial, revelando uma tendência de grande interesse pela história das mulheres no final do séc. XX. Seu estudo recuperou imensa quantidade de dados acerca das ocupações profissionais femininas existentes na casa imperial e equipes domésticas de famílias abastadas na cidade de Roma, bem como entre os setores artesanais e comerciais da cidade. A pesquisa alcançou várias conclusões importantes sobre empregos masculinos e femininos e representa uma contribuição valiosa para o tema. Infelizmente, não inspirou pesquisas subsequentes capazes de oferecer uma continuação adequada em relação aos temas que ela desenvolveu. Portanto, o trabalho de Treggiari continua atual e representa um formidável ponto de partida para novos estudos sobre os papéis ocupacionais das mulheres romanas (LOVÉN, 2016, p. 201).

O principal *corpus* disponível para a Península Ibérica é o CIL - *Corpus Inscriptionum Latinarum*, a primeira grande coleção epigráfica, iniciada por Théodor Mommsen em meados do século XIX; há também diversas revistas especializadas sobre epigrafia, tais como *L'Année Epigraphique*, *Hispania Epigraphica* ou *Hispania Antiqua Epigraphica*, que têm sido atualizadas a partir da incorporação de novas inscrições ou de renovadas interpretações de epígrafes já conhecidas. Há também recompilações de epígrafes romanas localizadas nas províncias, linha que Géza Alföldy iniciou em 1975, com as inscrições de Tarraco (GOROSTIDI, 2013, pp. 135-143; MEDINA QUINTANA, 2014, p. 22).

Dentre os trabalhos tipicamente relegados às mulheres, um se destaca: o ofício de fiar lã, ou *lanificium*, símbolo da feminilidade, da bondade e da castidade. Uma das imagens ideais de feminilidade no mundo antigo é representado por uma mulher fiando. Ao longo da história, o imaginário patriarcal se apropriou desta icônica atividade para apresentar como deveria ser o comportamento ideal de toda mulher respeitável: quieta, trabalhadora e pudica - o que nos remete à imagem da fiel Penélope, sempre ocupada com seu tear e aguardando o retorno de Odisseu, seu marido. A figura das fiandeiras se encontra bastante representada na iconografia greco-romana, de tal modo que a boa esposa dos ideais greco-romanos conseguiu transcender esses mundos e permaneceu viva no imaginário burguês. Talvez, por essa razão, vários estudos exploraram a relação entre as mulheres e o mundo têxtil, seja sob o viés simbólico ou instrumental. O fuso e roca são, portanto, dois elementos associados com o feminino, sendo apresentadas sob as mais diversas representações: peças de teatro, objetos da vida cotidiana (vasos, ânforas, espelhos), enxovais, mosaicos, pinturas parietais, estelas funerárias (MEDINA QUINTANA, 2009, p. 52). Vejam, abaixo, uma das representações de Penélope em um vaso de figuras negras do séc. V a. C.:



Figura 4: Penélope em seu tear assistida por Telêmaco, representado em um *skyphos* do século V a. C. Fonte: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/image?img=Perseus:image:1993.01.0667>>. Acesso em 26/12/2017.

Diante destas questões, podemos sugerir que a produção de tecidos rompia as barreiras sociais e unia todas as romanas, uma vez que esta atividade representa um “fio” condutor entre as matronas de família de alta posição



econômica, suas escravas e as mulheres livres de baixa condição social, que desempenhavam a atividade para obter seu sustento. Cada grupo feminino mantinha relação muito peculiar com esta atividade, com certeza muito diferentes entre si. No caso das aristocratas, consistia mais numa representação simbólica - especialmente durante os finais da República (133-31 a. C.) e o Principado (31 a. C. - 284 d. C.) - enquanto que para as escravas e as mulheres livres de condição humilde, representou um ofício verdadeiro (idem, 2009: 53). Presume-se que uma das razões para que este trabalho fosse tão difundido na Antiguidade se deve por ter alçado o *status* de último recurso de sobrevivência das mulheres pobres livres, detendo a mesma importância que a costura teve para a história do trabalho feminino no século XIX (TREGGIARI, 1979, p. 69).

FULVIA LINTEARIA EM TARRACO

Para o caso da Hispânia romana, Cartago Nova e Tarraco foram centros portuários, artesanais, cosmopolitas, intimamente ligados à Roma e “conectados” com as últimas tendências, contando com elevado percentual populacional de cidadãos fluentes em latim, tais como soldados, membros da administração provincial, negociantes e comerciantes. São oriundas destas duas cidades as mais conhecidas epígrafes latinas em pedra na Hispânia para o período Republicano: muitas delas estão ligadas à esfera civil e religiosa, fazendo parte de grandes complexos sepulcrais, alguns com esculturas de togados, sinalizando a ligação entre epigrafia e monumentalização, enquanto outras refletem suas crenças religiosas. Com frequência, são epitáfios e, nestas duas cidades, a epigrafia latina se apresenta como um trabalho sobretudo encomendado por particulares (BELTRÁN LLÓRIS, 2005, pp. 42-43).

Tarraco²² foi uma das cidades mais prestigiadas da Antiguidade. Lá podemos identificar um grupo de mulheres e homens membros da elite social da época, graças à epigrafia preservada (DOMINGUEZ ARRANZ; GREGORIO NAVARRO, 2014, p. 253). Felizmente, nos tempos antigos, era comum utilizar a pedra como suporte para inscrição de textos, o que permitiu que recuperássemos parte da história desses povos. Vale lembrar que este conjunto de epígrafes conservadas representa ínfima fração da produção escrita destas sociedades, já que os suportes da escrita que eles costumavam utilizar eram materiais mais baratos, de origem mineral, vegetal e animal,

22 “Dentre as cidades da Hispânia romana, a *Colonia Iulia Urbs Triumphalis Tarraco* é aquela com o mais rico patrimônio epigráfico. (...). É inestimável para o estudo da história da cidade e do mundo em geral, bem como a história social (ALFÖLDY *apud* GOROSTIDI, 2013, p. 135).



tais como o pergaminho, o papiro, tabuletas de madeira, placas de argila ou cera, peles e etc. Mas a natureza perecível destes materiais os condenou ao desaparecimento, salvo raríssimas exceções, como as tabuletas encontradas em Vindolanda ou na Campânia (BELTRÁN LLÓRIS, 2005, pp. 21-22).

Como já aludido, muito frequentemente as inscrições funerárias aludem ao trabalho em lã que a defunta realizava (*lanifica*). Mas este universo era mais complexo e diversificado: as artesãs se especializavam de acordo com a fibra empregada. Por exemplo, a especialista em fiar o linho²³ é a *linteria*. Beltrán Lloris e Estarán Tolosa (2011 : 18) vão além e não só confirmam que a palavra *linteria* se refere à profissão de tecedora de linho, bem como que esta ocupação, sem dúvida, ocorria na cidade de *Tarraco*, haja visto que esta era conhecida pelo cultivo da planta que produz esta fibra, como já foi aludido por Plínio o Velho (PLÍNIO, *Hist. Nat.*, XIX, 10). Pois bem, alguém em *Tarraco* dedicou uma epígrafe para *Fulvia linteria* (datada por volta da mudança de Era, inscrição hoje desaparecida). Medina Quintana (2009, p. 61) esclarece que *linteria* significa “vendedora de lenços”. Treggiari (1979, p. 70) acrescenta que provavelmente ela seria uma vendedora de roupas e que ela própria deveria fiar o tecido para produzir as peças que vendia.

Devo ressaltar, mais uma vez, o trabalho de Géza Alföldy (1935–2011), apontado como o mais proeminente cientista no campo da epigrafia latina clássica e um dos principais especialistas no campo da História Social do mundo romano - que dedicou parte de sua trajetória acadêmica ao levantamento epigráfico da cidade de *Tarraco*. Em seguida, dispomos a inscrição perdida, tal como foi registrada pelo célebre professor:

Fulvia linteria

(CIL 02, 04318a apud ALFÖLDY, 1975, p. 1).

Abaixo, a figura 5 sugere como deveria ser a aparência de uma loja de tecidos no mundo romano:

23 O linho provém de uma planta herbácea que chega a atingir um metro de altura e pertence à família das lináceas. Abrange um certo número de subespécies, reunidas pelos botânicos sob o nome de *Linum Usitatissimum*. Fonte: *Wikipédia*.



Figura 5: Estabelecimento de comércio de tecidos, Florença, Itália, I d. C. Fonte: (GLAD, s/d: 2).

O CASAL ENQUANTO UNIDADE DE PRODUÇÃO

Nosso objetivo neste trabalho foi traçar um panorama geral de como podemos alcançar a história econômica das mulheres romanas através da Arqueologia e de uma abordagem multidisciplinar, adotando uma postura acadêmica pautada pela equidade, preocupada com a igualdade de gênero - obviamente sem a pretensão de esgotar o tema. Esta pesquisa pretende conscientizar que, apesar das restrições legais, ideológicas e culturais pelas quais as mulheres passaram e continuam passando, elas sempre desempenharam papel primordial na economia de todos os tempos. Podemos resgatar suas trajetórias não somente como força de trabalho, como também podemos destacar sua atuação empreendedora, lutando, empenhadas em fazer sobreviver a família e gerar sua descendência, além da de seu marido, perpetuando um sistema. As mulheres romanas se envolveram, com certeza, em atividades comerciais e negócios em geral, decerto não de forma equivalente, mas similar aos homens. Mas não só: atuaram sempre como as inseparáveis companheiras, configurando-se como a outra variável da mesma equação, parte indissociável do casal enquanto unidade de produção. Para os homens do povo, as mulheres representavam uma oportunidade de viver mais e melhor, de trabalhar e prosperar, de aumentar sua qualidade de vida e garantir suas chances de transmitir seus genes adiante, cumprindo o papel biológico original de ambos os sexos. A união faz a força. A ideia é antiga, mas eficiente. Para

a iconografia romana do período, o gesto do *dextrarum iunctio* – o famoso aperto de mãos direitas – quando realizada entre um homem e uma mulher, geralmente retrata um casal legalmente casado, representando um símbolo da união pelo bem comum que visa, instintivamente, à perpetuação da espécie. Tal como demonstra a figura 6, abaixo:



Figura 6: Placa funerária do lanarius de C. Cafurnius Antonchus e de sua esposa, Veturia Deuteria, em Roma, ca.1 d. C. Fonte: (CIL 6.9489 apud LÓVEN, 2016, p. 213).

Em suma, para prosperar de forma efetiva, o homem precisa da mulher, provavelmente mais do que a mulher precisa do homem. Mas esta polêmica fica para pesquisas posteriores.

TRABALHO FEMININO HOJE

Desde o Período Clássico até bem recentemente, o mundo do trabalho feminino seguiu sem grandes modificações durante milênios, até que as revoluções do século XIX promoveram as mudanças necessárias para que novos sistemas educativos permitissem o acesso da mulher à cultura, promovendo sua atuação fora de casa e sua incorporação à toda uma série de trabalhos que, num primeiro momento, representaram um mero prolongamento das tarefas desempenhadas no âmbito doméstico, até que, com o tempo, foram ampliando sua participação nos setores reconhecidamente produtivos (BENGOOCHEA JOVE, 1998, p. 242).

A partir da consolidação do sistema capitalista, do advento do movimento sufragista e da luta pelo direito à representação política, a evolução



da legislação no que se refere aos direitos das mulheres evoluiu, respondendo aos novos anseios da sociedade. Apesar destas conquistas, a desigualdade e explorações continuaram a ocorrer. Não obstante, após as 1ª e 2ª Guerras Mundiais, as mulheres tiveram a efetiva chance de ocupar seu espaço no mercado de trabalho e desde então elas têm feito a diferença. No que se refere ao mundo ocidental, estatísticas apontam que as mulheres estão avançando em todas as áreas. Elas respondem pela maior parte das vagas nas universidades. Estão conseguindo emprego com mais facilidade e seus rendimentos estão crescendo em ritmo mais acelerado. Contudo, mesmo após tanta luta, ainda não alcançaram posição de igualdade perante os homens, haja visto que continuam ocorrendo discriminações, assédios, violências e preconceitos, que podem ser exemplificadas pela desigualdade salarial que persiste entre homens e mulheres, na ordem de 30%, em média. Como se já não bastasse, a representatividade das mulheres na política e seu acesso aos cargos mais elevados do mundo corporativo e do serviço público continuam deixando muito a desejar.

Isto posto, fica claro de que as mulheres já caminharam muito, mas ainda há um longo caminho pela frente. Contudo, elas contam agora com o apoio de muitos homens que são aderentes à sua causa e de vieses interpretativos que privilegiam a igualdade. É um processo que não tem retorno. Embora estejamos permanentemente às voltas com as reações do conservadorismo, será como já o dissemos: *a rejeição de alguns, a crítica velada e o ceticismo de outros, não vão conseguir deter o processo de reabilitação das mulheres na história, pois prescindir dele seria prescindir da metade da humanidade* (BENGOOCHEA JOVE, 1998, p. 243).

Contudo, para continuarmos caminhando na direção da justiça, sempre vamos precisar de mulheres que não se conformam com as imposições da sociedade, que sejam transgressoras, ousadas, valentes, excêntricas e fujam das normas, recusem casamentos tranquilos e abram mão da paz do lar domesticado para descobrirem outros rumos ou para encontrarem-se consigo mesmas, produzindo novos modos de estar no mundo. *A leitura feminista do passado permite um fortalecimento de si e das outras no presente* (RAGO, 2013, p. 311).



Abstract: Much ink has been spilled about gender in the Roman world. Nonetheless, something seems to be lacking: the part that is up to the women in economic production of this society. Past, present or future, women constitute at least half the population around the globe, an indispensable working force, either in ancient or modern times. We know that since the beginning of the ages, most women were forced to work hard in tedious and repetitive tasks arbitrarily imposed. The activities used to start as early as childhood and it had never been properly recognized. The aim of this work is, therefore, to recover the role of the women's work in the economies of Roman Hispania, with special attention to the case of *Tarraco*, starting from the end of the Roman Republic until the Principate Period, raising local and elsewhere evidence to show the position women deserve in the economic production of Roman society.

Keywords: Classical studies; Roman economy; Women's work; Gender studies; Postmodernism.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

ALFÖLDY, Geza. **Die römischen inschriften von Tarraco**. Berlín, 1975.

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM - Disponível em: <http://cil.bbaw.de/cil_en/dateien/cil_baende.html>. Berlin-Brandenburg Academy of Sciences and Humanities. Acesso em 28/11/2017.

Bibliografía:

ALFARO GINER, Carmen. **La mujer y el trabajo en la Hispania prerromana y romana**. Mélanges de la Casa de Velázquez, 40-2, 2010, pp. 15-38.

_____. **Tejido y cestería en la Península Ibérica: historia de su técnica e industrias desde la prehistoria hasta la romanización**. (Bibliotheca Praehistorica Hispana, 21). Madrid: Instituto Español de Prehistoria, 1984.

BELTRÁN LLORIS, Francisco. *Cultura escrita, epigrafía y ciudad en el ámbito paleohispánico*. **Acta Palaeohispanica IX Palaeohispanica**, n. 5, 2005, pp. 21-56.

_____. *Lengua e identidad en Hispania romana*. **Palaeohispanica**, n. 11, 2011, pp. 19-59.

BELTRÁN LLORIS, Francisco; ESTARÁN TOLOSA, M. J. Comunicación epigráfica e inscripciones bilingües en la Península Ibérica. In: DARASSE, C. Ruiz Darasse; LUJÁN, E. R. (éd.). **Contacts linguistiques dans l'Occident méditerranéen antique, Collection de la Casa de Velázquez**, 126, Madrid, 2011, pp. 9-25.

BENGOCHEA JOVE, Maria Cándida. La historia de la mujer y la historia del genero en la Roma antigua. **Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua**, t. 11, 1998, pp. 241-259.

BERDOWSKI, P. Some remarks on the economic activity of women in the Roman Empire: a research problem. In: BERDOWSKI, P.; BLAHACZEK, B. (eds.). **Haec mihi in animis vestris templa. Studia Classica in Memory of Professor Lesław Morawiecki**. Rzeszów, 2007, pp. 283-298.



_____. Roman Businesswomen. I: The case of the producers and distributors of garum in Pompeii. *Analecta Archeologica Ressoviencia*, Tom 3. Rzeszów, 2008, p. 251-272.

BERG, Ria. Introduction. *Oeconomicus: women, marriage and economy in the Ancient World*. In: BERG, Ria (ed.). **Material sides of marriage: women and Domestic Economies in Antiquity**. Roma: Acta Instituti Romani Finlandiae, vol. 43, 2016, pp. 47-59.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Existiu uma “economia Romana”? *Phoïnix*, v. 17, n. 1, 2011, pp. 15-36.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Evidências iconográficas da participação de mulheres no mundo do trabalho e na vida intelectual e artística na Grécia antiga. **IV Encontro de História da Arte**. CAMPINAS, SP: Unicamp, 2008, pp. 151-185.

CUCHET, V. S. **Women and the economic history of the ancient greek: world still a challenge for gender studies**. 2015, p. 1-20. Disponível em: <halshs-01387030>.

DEININGER, Jürgen. A teoria econômica dos Estados antigos: a questão do capitalismo na Antiguidade na visão de Weber. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 24, n. 1, 2012, pp. 61-84.

DIAZ ARIÑO, Borja. **Epigrafia latina republicana de Hispania**. Barcelona: Universitat de Barcelona, Publicacions i Edicions, 2008.

DIXON, Suzanne. **The Roman family**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1992.

_____. **The Roman mother**. London: Routledge, 2013, c1988.

DOBBELAERE, Liselotte. **De economische rol van het huwelijk: de vrouw als businesspartner in de Romeinse wereld**. Masterproef voorgelegd tot het behalen van de graad Master in de Geschiedenis. Gent: Universiteit Gent, 2012.

DOMINGUEZ ARRANZ, A.; GREGORIO NAVARRO, C. D. “*Serva hic sita est*”: las esclavas de Tarraco a través de la epigrafía funeraria. In: **Homenaje a G. Fatás Cabeza**, Zaragoza, 2014, pp. 237-243.

DUPRAT, Paulo Pires. **Economia e romanização em Bracara Augusta durante o Alto-império: uma reflexão comparativa**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <minerva.ufrj.br>.

ENCARNAÇÃO, José d. **Epigrafia: As pedras que falam**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FALCÓ MARTI, Ruth. **La arqueología del género, espacios de mujeres, mujeres de espacio**. Alicante: Universidad de Alicante, Centro de estudios sobre la mujer, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres, Longman, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FUNARI, P. P. A. **Antiguidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995a.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Educação de meninos e meninas no mundo antigo: uma questão de gênero**. Paideuma (Wiesbaden), v. 1, 2007, p. 1-20.

_____. Romanas por elas mesmas. **Cadernos Pagu**, v. 5, 1995b, pp. 179-200.



FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. Gênero e conflitos no Satyricon: o caso da Dama de Éfeso. **História: Questões & Debates**, n. 48/49, 2008, pp. 101-117.

GLAD, Damien. **Des femmes gallo-romaines qui travaillent**. Disponível em: <https://www.academia.edu/4660614/Des_femmes_gallo-romaines_qui_travaillent>. Acesso em 21/07/2017, às 21:55h.

GOROSTIDI, Diana. Géza Alföldy y las inscripciones romanas de Tarraco (1975-2011): novedades y nuevas perspectivas. In: **Actes: 1er Congrès International d'Arqueologia i Món Antic: Govern i societat a la Hispània romana: novetats epigràfiques (Homenatge a Géza Alföldy)**. Tarragona, 29-30 de novembre i 1 de desembre de 2012, c2013, pp. 135-144.

GOZALBES CRAVIOTO, H. La proporción de las mujeres en la epigrafía funeraria romana del interior de Hispania. **Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, H: Antigua**, t. 14, 2001, pp. 95-114.

GRIG, Lucy. Introduction. In: GRIG, L. (ed.) **Popular Culture in the Ancient World**. Cambridge. Cambridge University Press, 2017, pp. 1-10.

GROEN-VALLINGA, Miriam J. Desperate Housewives? The Adaptive Family Economy and Female Participation in the Roman Urban Labour Market. In: HEMERLIJK, E.; WOLLE, G. (ed.). **Women and the Roman City in the Latin West**. Leiden: Brill, 2013, pp. 295-312.

GRUBBS, Judith Evans. **Women and the law in the Roman Empire: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood**. London: Routledge, 2002.

HERNÁNDEZ GUERRA, L. Las libertas en Hispania: manifestaciones epigráficas en la provincia Tarraconense. **HAnt**, XXX, 2006, p. 119-142.

KNAPP, Robert. **Invisible Romans: prostitutes, outlaws, slaves, gladiators, ordinary men and women ... the romans that history forgot**. London: Profile, 2013.

LÁZARO GUILLAMÓN, Carmen. Mujer, comercio y empresa en algunas fuentes jurídicas, literarias y epigráficas. **Revue Internationale des droits de l'Antiquité**, L, 2003, pp. 155-193.

LHOIR, Francesca Santoro. Tacitus and Women's Usurpation of Power. **The Classical World**, v. 88, n. 1, 1994, pp. 5-25.

LOVÉN, Lena Larsson. Women, trade, and production in urban centres of Roman Italy. In: WILSON, A. ; FLOHR, M. (eds.). **Urban Craftsmen and Traders in the Roman World**. Oxford (UK): Oxford University Press, 2016, pp. 200-221.

MCHUGH, Mary R. Ferox femina: Agrippina maior in Tacitus Annales. **Helios**, v. 39 n. 1, Texas Tech University Press, 2012, pp. 73-96.

MEDINA QUINTANA, Silvia. Las mujeres y la producción textil en la Roma antigua. **Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia**, n° 4, 2009, pp. 51-64.

_____. **Mujeres y economía en la Hispania romana: Oficios, riqueza y promoción social**. Oviedo: Trabe, 2014.

MELLOR, Ronald. **Tacitus' annals**. New York: Oxford University Press, 2010.

MEO, Francesca Di. **Lanificum e silenzio: testimonianze letterarie di due virtù del "modello matronale romano"**. Venezia: Università Ca'Foscare - Tese de Laurea, 2013.

MOSSÉ, Claude. **La mujer en la Grecia clásica**. Madrid: Nerea, 1990.

NEVETT, L. C. Gender relations in the classical greek household: the archaeological evidence. **The Annual of the British School at Athens**, v. 90, centenary volume, 1995, pp. 363-381.



PAZ DE HOZ, M. Carmina Epigraphica Graeca Hispaniae. **Studia Philologica Valentina**, v. 11, n. 8, 2008, pp. 103-135.

PRADOS TORREIRAS, Lourdes. Y la mujer de hace visible: estudios de género en la arqueología ibérica. In: TORREIRA, L. P.; RUIZ, C. L. (coord.). **Arqueología del género: 1er encuentro internacional en la UAM**, 2008, pp. 225-250.

RABINOWITZ, Nancy Sorkin. Introduction. In: RABINOWITZ, N. S.; RICHLIN, A. (eds.). **Feminist theory and the Classics**. Londres: Routledge, 1993.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, 1995, pp. 67-82.

SALLER, R. Framing the debate over growth in the ancient economy. In: SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. (Ed.) **The ancient economy**. New York: Routledge, 2002, pp. 251-269.

_____. The Roman family as a productive unit. In: RAWSON, B. (ed.). **A companion to families in the Greek and Roman worlds**. Malden, MA: Blackwell, 2011, pp. 116-128.

SCHEIDEL, W. The most silent women of greece and rome: rural labour and women's life in the Ancient World (I & II). **Greece & Rome**, n. 42 e 43, 1995-6, pp. 202-217; pp. 1-10.

SCOTT, Eleanor. **Harvesting Women's Work From Roman Landscapes**. Disponível em: <<http://eleanorscottarchaeology.com/unpublished-papers/>>. Acesso em 16/06/2017.

_____. Writing the roman Empire. In: SCOTT, E. (ed.) **Theoretical Archaeology Conference: First Conference Proceedings**. Aldershot: Avebury, 1993, pp. 5-22.

SKINNER, Marilyn. Woman and language, in Archaic Greece, or why is Sappho a woman? In: RABINOWITZ, N. S.; RICHLIN, A. (eds.). **Feminist Theory and the Classics**. Londres, Routledge, 1993.

TREGGIARI, Susan. Jobs for Women. **American Journal of Ancient History**, n. 1, 1976, pp. 76-104.

_____. Jobs in the Household of Livia. **Papers of the British School at Rome**, n. 43, 1975, pp. 48-77.

_____. Lower Class Women in the Roman Economy. **Florilegium**, n. 1, 1979, pp. 65-86.

ZISSOS, Andrew, (ed.). A companion to the Flavian age of imperial Rome. In: ZISSOS, A. (ed.). **Blackwell Companions to the Ancient World**. Chichester, UK: John Wiley & Sons, 2016. |